



“Nós é que sabemos essa história”: Damião Paridzané e a luta pela terra Marãiwatsédé.

Juliana Cristina da Rosa*¹

Armando Wilson Tafner Junior*²

RESUMO

Os *A'wê Uptabi*, conhecidos como Xavante, são um povo indígena que vive a leste do estado de Mato Grosso em terras indígenas que estão em processo de demarcação ou plenamente demarcadas, dentre elas a Terra Indígena Marãiwatsédé. Os Xavante de Marãiwatsédé têm uma história peculiar de contato, expropriação e remoção de seu território que pode ser compreendida a partir da análise da biografia e da trajetória de Damião Paridzané, uma vez que sua infância foi marcada pelo processo de contato e expropriação e sua trajetória como adulto é marcada pelo protagonismo na luta pelo retorno a Marãiwatsédé.

PALAVRAS-CHAVE

Marãiwatsédé

Expropriação

Biografia

Damião Paridzané

História

Herói nacional

*¹ Doutora em História, cientista social, pesquisadora do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

*² Doutor em Desenvolvimento Sustentável, professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e pesquisador do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU).

introdução

A presença do povo Xavante em Marãiwatsédé era conhecida por parte do governo federal na década de 1950 e 1960 quando a maior parte da área que constituía seu território foi vendida pelo estado do Mato Grosso. Existem documentos históricos oficiais que indicam essa presença e a necessidade de políticas específicas para atender aos Xavante, tais como os ofícios enviados por Ismael da Silva Leitão, funcionário do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), pedindo a criação de um Posto Indígena de Atração (PIA) para evitar a apropriação das terras por estrangeiros, conforme indicado por Rodrigues (1992, p. 24) e Bueno Rosa (2006, p. 85).

Essa presença também foi apontada por Maybury-Lewis (1984, p. 74), que relatou uma tentativa de visitar uma aldeia xavante em Marãiwatsédé em 1958, mas que não teve a oportunidade de realizar a viagem que durava “[...] três dias de caminhada (cerca de 160 quilômetros) ao norte”. Partindo da observação empírica de que os A’wẽ Uptabi não constituem uma unidade política, Maybury-Lewis (1984, p. 74) apontou ainda que os Xavante de Marãiwatsédé “[...] lutavam

com brancos e, ocasionalmente, com outros índios (não xavante). Suas relações com São Domingos também não eram boas”. Portanto, havia especificidades no processo de contato com os não índios e luta pela permanência no território, situação que difere dos outros grupos xavantes, que estavam ao sul de Marãiwatsédé, em outros territórios. E, de fato, o contato com os não índios e a apropriação de suas terras ocorreram a partir da década de 1950, situação que fez com que Ismael Leitão escrevesse novamente ao diretor do SPI em 1957 alertando que: “[...] reservas de terras pertencentes aos índios Chavante vendidas pelo Governo de Mato Grosso, estando de posse dos títulos os seus compradores, que são inúmeros”, conforme registrado por Rodrigues (1992, p. 26-27). Tal situação de expropriação do território dos Xavante de Marãiwatsédé pôde ser comprovada anos mais tarde através do Laudo Fundiário (MOREIRA LEÃO, João, 2003)¹ que trouxe o levantamento de 25 títulos com até 10 mil hectares que haviam sido comprados por diferentes titulares (ROSA, 2015, p. 82). no ano de 1960, e que venderam posteriormente as

áreas adquiridas junto ao estado do Mato Grosso para Ariosto da Riva. A área comprada por 25 titulares somava 242.646,922 hectares e foi somada à área adquirida diretamente por Ariosto da Riva e registrada² como uma área total de 695.843.8551 hectares, que veio a ser transformada em área privada da Agropecuária Suiá Missú.

² São dois registros: 1. Certidão Vintenária registrada no 1º Serviço Notarial e Registros da Comarca de Barra do Garça, estado de Mato Grosso, sob número 7.585, livro 3 L de 10 de janeiro de 1963, e 2. Registro Tórrens (Livro número 01 de 05 de dezembro de 1971).

¹ Laudo de Perícia Judicial da Reserva Indígena Marãiwatsédé.

A INFÂNCIA DE DAMIÃO PARIDZANÉ: A EXPROPRIAÇÃO E A REMOÇÃO DO POVO XAVANTE DE MARÃIWATSÉDÉ

Todo esse processo de expropriação do território xavante foi presenciado por Damião Paridzané, que na época era uma criança, conforme pode ser observado no registro fotográfico realizado no início da década de 1960, quando a Agropecuária Suiá Missú estava sendo aberta, tendo ocorrido o contato e a convivência entre trabalhadores e os Xavante.

Figura 1. Fotografia de crianças xavante na época da instalação da Fazenda Suiá Missú com indicação do Cacique Damião Paridzané (década de 1960). Fonte: Arquivo Funai

Apesar de sua idade, Damião Paridzané se lembra de como foi o processo e narrou como ocorreu essa convivência na qual os Xavante trabalharam para a abertura da agropecuária e depois foram sendo deslocados.

[Mostrando um mapa desenhado com o dedo no chão] Aqui foi levantada a primeira aldeia. Depois mais uma aldeia antes da chegada de Ariosto [da Riva]. Fundada por meu pai. A geração dele se locomovia muito. Nessa época o Ariosto fundou a sede da Suiá Missú. Tinham o interesse de tirar a gente daqui. E sutilmente conseguiram nos deslocar. [Apontando na direção leste] Ali existe um cemitério dos índios mortos pelos brancos. Então a situação está desagradável (Relato oral de Damião Paridzané no documentário *Vale dos Esquecidos*, 2010).

Damião Paridzané relata que a situação de contato não foi pacífica e que alterou drástica e irreversivelmente a história de seu povo, pois, mesmo estando em seu território, os Xavante de Marãiwatsédé passaram a ser deslocados, ora para as proximidades da sede da agropecuária para servirem como mão de obra, ora para áreas mais afastadas.

[...] olha, foi trabalhando como empregado, como escravo, morreu muita gente. Trabalhando sem receber dinheiro, sem ganhar nada, sem assistência de saúde nenhuma. [O Ariosto] só dando comida, arroz limpo. Não é arroz inteiro, é quebradinho. Aí fizeram roça,

abriram esse campo, a pista da sede, abriram lá [...] tiraram madeira, puxaram de caminhão [...] tudo [povo Xavante] esparramado, trabalhando (Damião Paridzané citado em RODRIGUES, 1992, p. 59).

O *Relatório de identificação e delimitação da TI Marãiwatsédé* (1992) apresentou o relato de antigos trabalhadores da Agropecuária Suiá Missú que reforçam que os Xavante foram usados como mão de obra e que os responsáveis pelo empreendimento tinham diferentes estratégias para atrair e persuadir os Xavante a trabalhar.

Naquele tempo eles festejavam. A gente procurava incentivar eles para “amansar”, na época eles começaram a vir na sede, tinha bastante índio! Todo final de semana a fazenda mandava matar 4, 5 gado... e dava pra eles! Eles fazia a maior festa! Eles levava muito mais! Na época – que era o Ariosto da Riva – eles davam a maior assistência aos índios, davam de tudo: roupa, botina, açúcar, arroz... inclusive eles fizeram até um barracão perto e tinha um cozinheiro só pros índios... era uma saca de arroz por dia que eles comiam. Eram muitos índios! E assim foram dominando eles, para ver se incentivava eles a trabalhar... para eles entenderem... (Entrevista de um ex-empregado da Fazenda Suiá-Missú, 1989, cf. Dossiê Itália-Brasil, 1990, citado em RODRIGUES, 1992, p. 19).

Este é um dos relatos citados por Rodrigues (1992) para apresentar outras testemunhas dessa situação de contato e de convivência permeada por estratégias de atração e deslocamento dos Xavante, que utilizavam recursos ligados ao fornecimento de alimentos que substituíam aqueles oriundos da produção própria e que acabavam sendo abandonados por conta dos deslocamentos fomentados pelos responsáveis pela Suiá Missú. Essa situação foi narrada por Damião Paridzané.

[...] largaram muita coisa: milho, batata, abóbora porque não tem jeito de carregar, não tem carro. Então eles levaram comida, largaram casa, mudaram pra lá e ficou localizado lá. Fundaram a aldeia [...] Era ruim! Cheio de água, no tempo [d]a chuva é cheio de água: dormiu em cima da cama, mas água sempre subindo, e nem acende fogo, ninguém comia. [...]. Tudo molhado (Damião Paridzané citado em RODRIGUES, 1992, p. 61).

A nova aldeia foi fundada numa área de varjão, que é a margem alagável de rios que atravessam Marãiwatsédé. As lembranças de Damião Paridzané desse período são marcadas pela fome, pois ali seu povo não tinha condições de se manter, de produzir e tiveram privações. Os Xavante reclamavam do local e a exigiam voltar para as antigas aldeias, mas não conseguiram, e foram deslocados direto dos varjões para “[...] a pista de avião da sede da fazenda para serem transferidos, em 1966, para a Missão Salesiana São Marcos, após um acordo que envolveu a fazenda, os padres salesianos, a FAB e o SPI”, conforme constatado por Rodrigues (1992, p. 39). Segundo um antigo trabalhador:

Aí foi na época que eles resolveram tirar os índios de lá... que levaram pro rio das Mortes... Foi quando tiraram esses índios de avião da FAB... eu me lembro, eu tava lá: chegava 3, 4 avião da FAB e enchia de índio... cachorro... galinha... papagaio... tudo que eles tinham! Levavam naqueles aviões (Relato oral de antigo trabalhador da Suiá Missú citado em RODRIGUES, 1992, p. 18).

Pelo relato acima é possível imaginar a dimensão desse deslocamento dos Xavante de Marãiwatsédé, em 1966, quando tiveram que levar tudo o que tinham e sair de seu território. Porém, somente pela narrativa de Damião Paridzané é possível identificar o quão violento foi o processo para esse povo.

Os brancos pediram que viessem os aviões da Força Aérea Brasileira. Na hora do embarque eles nos cercaram como se fôssemos bois. Eles nos empurraram pra dentro do avião sem o nosso consentimento. Essa terra era nossa e fomos arrancados daqui. Isso dói, Maria.³ Não se brinca com isso. [...] Essa terra é sagrada, é nossa vida. Mesmo assim fomos tirados daqui como animais. Eles nos vigiavam pra que ninguém fugisse. Não tínhamos um minuto de paz. A vigília durava dia e noite. Foi assim que aconteceu (Relato oral de Damião Paridzané no documentário *Vale dos Esquecidos*, 2010).

Damião Paridzané, já como cacique, narrou algumas vezes essa situação de deslocamentos dentro do seu território e a posterior remoção de seu povo para

uma missão salesiana no território de outros Xavante. As narrativas citadas são de 1992, quando participou da realização do Laudo Antropológico, e de 2010, quando foi entrevistado para o documentário *Vale dos Esquecidos*. Em ambas as situações seus relatos são carregados de indignação e tristeza, o que pode ser constatado quando narrou um dos episódios mais dolorosos e marcantes da sua trajetória e de seu povo: a epidemia de sarampo que se abateu sobre eles depois que chegaram na Missão Salesiana de São Marcos.

Depois que chegou em São Marcos, como ele estava contando [Tiburcio], não teve nem um ano para aparecer doença que aconteceu. Depois que chegou aqui, com dois dias o pessoal já estava de sarampo. Quando chegou em São Marcos. [...] Morreu muito... morreu, morreu bastante. Adultos, velhos. [...] Cento e sessenta. O padre Pedro falou “cento e pouco”; Mestre Mario [outro padre] falou em Cuiabá também que foi cento e cinquenta. [...] Cento e cinquenta morreram... o padre me falou cento e sessenta. Meu pai, logo que chegou, pegou a doença e ficou sofrendo dois dias [...]. Aí começou de morrer muitos. Meu pai morreu dois dias depois. Daí começou: noite toda, dia todo... carregaram [os mortos] de carroceria de trator levando no cemitério para enterrar. Noite toda, dia todo. Foram morrendo todas. No mesmo dia, nem passou quinze dias [...] morre, mas junta: trator encosta e padre manda “encosta lá, lá está morrendo já”. Aí gente botando em cima da carroceria e levando onde que tem cemitério [...]. Está tudo enterrado lá em São Marcos. [...]. Escapou pouca gente⁴ (Damião Paridzané citado em RODRIGUES, 1992, p. 64-65).

Essa tragédia não pode ser quantificada adequadamente em número de pessoas vitimadas pela doença, sendo que os números variam entre 150 e 160 pessoas mortas nos relatos orais e entre 83 a 86 mortos segundo Ferraz e Mampieri (1994) e Rodrigues (1992). Independente de números, o fato é que o povo Xavante de Marãiwatsédé foi vítima de uma epidemia que gerou sofrimento e lembranças dolorosas para Damião Paridzané, que relata: “Meus amigos de infância foram

³ Trata-se de Maria Raduan, que realizou entrevistas e foi diretora do documentário de longa-metragem *Vale dos Esquecidos* (2010).

⁴ A quantidade considerável de pausas e rupturas na narração se deve ao fato de que o discurso indígena tem como característica a repetição de frases ou ideias para dar ênfase. Para dar maior fluidez à narração se optou por cortes que não alteram o conteúdo narrado.

todos mortos. Não gosto nem de lembrar” (citado em RODRIGUES, 1992, p. 65).

No entanto, são essas as principais lembranças narradas por Damião Paridzané sobre sua infância, que foi marcada pelo contato com o não índio, os deslocamentos dentro de Marãiwatsédé, a remoção de seu povo para a Missão Salesiana de São Marcos e a epidemia de sarampo que se abateu sobre eles. São *memórias traumáticas*, como definido por Pollak (1990), mas que vieram à tona como forma de Damião Paridzané contar a *versão da história* de seu povo sobre os processos e os acontecimentos históricos que marcaram a luta pela terra de Marãiwatsédé.

A TRAJETÓRIA DE DAMIÃO PARIDZANÉ: A LUTA PELO RETORNO A MARÃIWATSÉDÉ

Em meio à tragédia, o povo Xavante perdeu o cacique Caetano, pai de Damião Paridzané, e depois da epidemia se dispersou em outras terras indígenas xavante nas aldeias de Sangradouro, São José, Areões e Culuene. Em 1967, Damião Paridzané e alguns de seus parentes se mudaram para a Reserva Indígena Couto Magalhães, onde ele encontrou, anos mais tarde, outros guerreiros e anciãos como Tibúrcio, Raul, dentre outros, mais tarde tendo sido formada a aldeia Água Branca. Nessas terras, os Xavante de Marãiwatsédé se sentiam deslocados.

Consideram-se “em terra dos outros”, ou seja, dos Xavante de Pimentel Barbosa, “em terra emprestada”, no dizer de DAMIÃO PARIDZANE, chefe do grupo desde 1984, quando para lá se mudaram vindos da Reserva Areões (tinham estado ainda na Reserva Couto Magalhães, após deixarem a missão de São Marcos há 25 anos, transferidos da área da Suiá Missú, que então se instalava). (FERRAZ, 1991, p. 7210).

Como havia sido problematizado por Maybury-Lewis (1984, p. 50), “Os Xavante não constituem uma unidade política”, e aquelas “terras dos outros” não se consolidaram como território desses xavante, oriundos de Marãiwatsédé, que enfrentaram períodos de escassez, conforme relatado por Damião Paridzané:

[...] é mais difícil, não tem caça, não tem inhamé, não tem pequi, não tem pati, não tem nada para produzir. Lá [Água Branca] é só cerrado, campo de cerrado, plano, não é bom para a gente ficar. Até hoje nós estamos aqui,⁵ acho que nós vamos passar dificuldades, passar fome, porque lá a mata é pouquinho, já está acabando. Por isso nós não é de hoje que estamos pedindo Marãiwatsédé. Sempre! Nunca esquecemos, porque aqui é terra sagrada, terra que dá produção, tem mata, tem caça, tem tudo. A gente hoje... o interesse nosso, o meu interesse é voltar aqui (Damião Paridzané citado em RODRIGUES, 1992, p. 68).

No artigo “Viagem à ‘Suiá Missú’” (1991, p. 7211), elaborado pela antropóloga Iara Ferraz, foi descrito que naquele ano havia 306 xavante remanescentes de Marãiwatsédé vivendo na Aldeia Água Branca e que “Hoje [1991] passados 25 anos, os Xavante de Água Branca reivindicam aquela porção de seu território e o retorno para lá, além de uma indenização por perdas e danos por terem sido banidos de suas terras” (FERRAZ, 1991, p. 7208). No mesmo documento é possível identificar que havia retornos de grupos de xavante a Marãiwatsédé que, na ocasião, era área remanescente da Agropecuária Suiá Missú e pertencia ao grupo italiano ENI/Agip Petrolí S.A.,⁶ administrada pela filial Agip do Brasil Ltda.

Ferraz (1991, p. 7210) relata que,

Quando indagamos o administrador local da fazenda sobre a natureza das relações mantidas ali com os Xavante (pois tínhamos notícias de que costumavam visitar a fazenda uma ou duas vezes ao ano), verificamos que elas são, no mínimo, embaraçosas e de trato difícil. Afirmou ele que nos seis anos em que se encontrava na fazenda (trabalhava com fazendas de gado na África e na Argentina), houve apenas uma visita de um grupo xavante à fazenda Suiá Missú. Os índios falaram da questão das terras, se exigiram doação de bens (roupas, calçados, farinha e carne bovina). Disse ainda que há um velho xavante que vem com mais frequência

5 O relato oral de Damião Paridzané foi registrado quando a equipe de identificação da terra indígena Marãiwatsédé fazia a exploração da área a ser identificada junto com os Xavante (anciãos, tradutores e cacique Damião). Por isso, as referências são de “lá” para indicar a aldeia Água Branca e “cá” como referência à terra indígena.

6 Tratava-se de uma empresa estatal italiana, a Ente Nazionale Idrocarburi (ENI).

para coletar materiais para confecção de artesanato. Insiste que não deve manter relações com os índios, na medida em que há um órgão governamental no Brasil responsável por essas questões e que ali, na fazenda, eles nada têm a ver com o fato daquela “ter sido terra indígena”.

Logo, a luta pelo retorno a Marãiwatsédé não pode ser localizada somente após a década de 1990, pois havia um movimento desde a remoção para a Missão Salesiana São Marcos. Três anos depois, Ferraz e Mampieri (1994, p. 675) descreveram a situação em que Damião Paridzané e seu povo viviam na aldeia que ele havia fundado.

Água Branca, fundada em 1985 por Damião Paridzané, no extremo sul da AI Pimentel Barbosa (onde há outras três aldeias), reúne atualmente [1994], em condições precárias, a maioria do grupo originário de Marãiwatsédé (300 pessoas, março/1993). A exaustão dos solos e a escassez de recursos (áreas agricultáveis e de caça) no local onde se encontram resultaram da colonização por imigrantes do sul do Brasil, ali ocorrida até o final da década de 70, quando os Xavante de Pimentel Barbosa recuperaram aquela porção do seu território.

Para os Xavante de Água Branca, eles foram banidos e, desde então, encontram-se “em terras dos outros”, como afirmam, acentuando as condições precárias de sobrevivência e um aspecto do faccionalismo existente em torno da disputa territorial que, por sua vez, associado às acusações de feitiçaria, provocaram os constantes deslocamentos de todo o grupo.

No entanto, mesmo inseridos nessa situação de dificuldades, Damião Paridzané e outras lideranças conseguiram agregar algumas forças políticas entre os Xavante com o objetivo de lutar para retornarem à sua terra. A partir disso, “[...] Damião vem fazendo contatos diplomáticos há cerca de um ano” com outros grupos xavante (FERRAZ, 1991, p. 7212). E essa movimentação de luta desenvolvida por Damião Paridzané e outras lideranças Xavante que começa a se efetivar.

Em outubro de 1991, foi realizada a reunião solicitada pela AGIP, na qual tomaram parte o Dr. Sydney Ferreira Possuelo, presidente da FUNAI, Maria Auxiliadora Cruz de Sá Leão e Mario Juruna, assessores da presidência da FUNAI; Damião Paridzané, Cacique,

Rufino Ruãwe, vice-cacique, e Aireru’Ore, Xavante da aldeia de Água Branca; Iara Ferraz e Gilberto Azanha, do Centro de Trabalho Indigenista; Biaggio Constantini e Alessandro Castiglia, da AGIP Petrolí; Renato Grillo e Franco de Beni, da Agip do Brasil; e Mariano Mampieri, da CNS (RODRIGUES, 1992, p. 11).

Durante a reunião e nas oportunidades em que foram ouvidos, os Xavante de Marãiwatsédé expuseram sua indignação e seu interesse em serem indenizados pelos danos e terem seu retorno a Marãiwatsédé garantido. Essas ações e estratégias de Damião Paridzané e outras lideranças xavante podem ser inseridas num contexto específico da década de 1990, quando surgiram oportunidades de ação que haviam sido planejadas desde a remoção três décadas antes. Foi somente num período pós-Constituição Federal de 1988, em que os direitos étnicos e territoriais dos povos indígenas foram reconhecidos por lei, que o movimento indígena se tornou significativamente articulado e atuante e os Xavante de Marãiwatsédé tiveram espaço para ações mais efetivas.

Em 1992, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como ECO 92, no Rio de Janeiro. Nesse evento, a ENI/Agip Petrolí S.A., que era proprietária da área remanescente da Agropecuária Suiá Missú, participou e, através de um representante, prometeu devolver a área para os Xavante. No entanto,

Para a ENI (compreendida entre as 50 multinacionais promotoras do Bussiness Council for Sustainable Development) o “desenvolvimento sustentável” já era slogan fora de moda, que durou apenas até a Unced-92; os interesses econômicos e as ligações políticas tinham voltado a prevalecer sobre as promessas feitas a um “pequeno grupo de índios” (FERRAZ; MAMPIERI, 1994, p. 678).

Diante desse contexto, e dando continuidade à luta pelo retorno a Marãiwatsédé, em 1992 o cacique Damião Paridzané assinou uma carta dos Xavante exigindo providências e endereçada ao presidente da ENI/Agip, Gabriele Cagliari.

Figura 2. Carta dos Xavante cobrando providências da ENI Agip Petrolí (1992). Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia

Além do envio da carta e de articulações políticas com aliados, o cacique Damião Paridzané viajou para a Itália, onde prestou depoimento ao Parlamento daquele país sobre a situação da área remanescente da Agropecuária Suiá Missú que estava sendo vendida, como o caso dos 250 mil hectares adquiridos pelo Grupo Garavello em 1989 e que eram parte do território de Marãiwatsédé.

Diante de pressões, a empresa ENI/Agip Petrolí S.A. aceitou fazer a formalização da doação das terras um ano depois da promessa feita durante a ECO-92. Em 1992 a Fundação Nacional do Índio (Funai) formou um Grupo de Trabalho, liderado pela antropóloga Patrícia Mendonça Rodrigues, para realizar a delimitação do território de Marãiwatsédé.

No Laudo Antropológico, as memórias e a oralidade se constituíram como elementos constituidores de uma narrativa da história dos Xavante de Marãiwatsédé. Para Pollak (1989, p. 10), “O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo”, e no caso da luta pela terra Marãiwatsédé, essa identidade e o conhecimento sobre a história legitimam o pertencimento ao território reivindicado. A fala do cacique Damião Paridzané registrada no Laudo Antropológico é bastante significativa: “Assim que estou dando depoimento, porque eu lembro tudo. Por isso que até hoje estou lembrando, quero voltar para essa região de Marãiwatsédé” (RODRIGUES, 1992, p. 62).

Logo, a memória e a oralidade são elementos usados como estratégia para expressar a versão da história pelos Xavante, num momento oportuno de ter “a voz e a vez” de contarem sua história e se colocarem em oposição ao *outro*, ao branco que não conhece a história de Marãiwatsédé.

O que emerge, então, das vozes coletivas dos índios é que seu movimento representa, no fundo, uma rebelião contra a invisibilidade política em que estão submersos. No seu grito coletivo para serem vistos, ouvidos e levados em conta, eles apelam para a eficácia de certos símbolos que sabem tocar fundo na consciência dos brancos, ao menos daqueles brancos que os ouvem (POLLAK, 1989, p. 21).

No caso dos Xavante de Marãiwatsédé, os “brancos” responsáveis pela elaboração do Laudo Antropológico de 1992 ouviram e incorporaram a sua versão da

história, cruzando as informações com outros relatos orais e documentos históricos, de modo a elaborar uma das peças jurídicas necessárias ao processo de delimitação do território de Marãiwatsédé, que demarcou uma área de 165.241,2291 hectares. Porém, a área demarcada foi registrada a partir do número de matrícula referente à propriedade da filial brasileira da empresa ENI/Agip, a Agip do Brasil, e segundo o Laudo Fundiário,

Quando foi criada a Reserva Indígena Marãiwatsédé, por força da Portaria do Ministério da Justiça Nº 363/93, de 10 de outubro de 1993, a FUNAI abriu as matrículas Nº 12.669 com a área de 39.886,8020 ha no município de São Félix do Araguaia e Nº 12.670 com área de 125.354,4271 ha no município de Alto Boa Vista, ambas no CRI de São Félix do Araguaia – MT, quando, a meu ver, deveria ter feito averbações nas matrículas já existentes; deixando com isso as mesmas livres para qualquer tipo de transferência (MOREIRA LEÃO, 2003, p. 4).

Esse erro de registro da área demarcada como Terra Indígena (TI) Marãiwatsédé deu margem para uma série de comercializações de títulos que foi discutida por Rosa (2015, p. 215-221). Naquele mesmo ano de 1992, ocorreu a invasão da área por posseiros e grileiros, sem que os Xavante pudessem tomar posse da área demarcada. Mesmo com a declaração oficializada⁷ de Marãiwatsédé como terra indígena, os Xavante não puderam retornar ao que restava de seu território, pois ele estava ocupado tanto por posseiros que o utilizavam para a prática da produção de alimentos para consumo como por posseiros com grandes áreas que plantavam milho e soja para exportação. Dentro da TI Marãiwatsédé foram constituídos povoados e vilas, como o distrito do Posto da Mata que agregava um número significativo de não índios.

Diante dessa situação e em meio a uma série de batalhas jurídicas envolvendo a posse sobre as terras de Marãiwatsédé, Damião Paridzané e seu povo decidiram pelo retorno a Marãiwatsédé no ano de 2002, pois,

Já em 10/11/2000, o Juiz Federal da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Mato Grosso determinou e autorizou “o retorno da comunidade indígena Xavante

⁷ Portaria 363 de 01/10/1993 do Ministério da Justiça. Em 11/02/1998 (DOU 14/12/1998).

à Terra Indígena Marãiwatsédé, sem prejuízo, por enquanto, da permanência dos posseiros no local onde estão, devendo a FUNAI responsabilizar-se e tomar todas as providências cabíveis para a implementação do retorno dos indígenas em questão à sua área primitiva” (BORTOLETO MONTEIRO, s/d, p. 08).

Na prática, isto significou que os Xavante poderiam voltar a Marãiwatsédé que estava ocupada por posseiros e que a Funai seria responsável por mantê-los ali e evitar conflitos. Segundo o cacique Damião Paridzané, as ações dos Xavante haviam sido planejadas anteriormente.

Aí percebi e vi, enxerguei no futuro, falei para nosso pessoal: se continuar desse jeito, se a gente seguir ocupando a reserva de Pimentel, nunca vai melhorar, comecei de pensar, olha eu vou passar na FUNAI, conversar com presidente da FUNAI, Claudio Romero, disse pra ele: Nós queremos voltar para Marãiwatsédé, mas eu quero que a FUNAI batalhar, lutar, junto ao governo federal para poder retomar a terra de Marãiwatsédé, a terra de Marãiwatsédé é nossa origem. Aí Claudio Romero falou: eu estou disposto, estou [à] disposição, vamos lutar mesmo difícil, mas nós vamos conseguir, a luta é demorada, mas vamos conseguir demarcar a Terra Indígena (Damião Paridzané, 2012, citado em DELUCI; PORTELA, 2013, p. 87; grifos da entrevistadora⁸).

Em 2002, os Xavante, cansados de esperar por decisões judiciais de desintrusão dos não índios que ocupavam a TI Marãiwatsédé, decidiram voltar para a área, mas apenas conseguiram acampar nas margens da rodovia 158 numa situação precária, com a Funai se responsabilizando pela alimentação dos Xavante e a Funasa pela assistência médica. Porém, após “[...] oito meses de acampamento, o órgão ainda não havia tomado providências quanto à assistência na saúde dos indígenas” (MORAIS; MARTINS, 2014, p. 28).

Segundo Damião Paridzané (2010): “Lá ficamos durante 10 ou 9 meses. Sofremos, tomamos poeira, chuva e tomamos água contaminada. E os brancos jogavam vacas mortas no rio. Assim, enquanto esperamos morreram três crianças” (Relato oral de Damião Paridzané no documentário *Vale dos Esquecidos*, 2010).

⁸ Relato oral durante reunião realizada em 5 de julho de 2012.

Jardeu Xavante era um menino de um ano de idade que morava às margens da rodovia com a comunidade Marãiwatsédé. Ele adquiriu um quadro gravíssimo de desnutrição e pneumonia e, como não havia estrutura para seu tratamento, foi levado ao hospital de Água Boa – MT por um funcionário da Funai. Logo Jardeu foi internado, mas antes que o servidor retornasse ao acampamento, foi alcançado por um veículo com o corpo da criança que não resistiu. Esta morte causou muita indignação nos Xavante Marãiwatsédé. [...] Durante o sepultamento do Jardeu Xavante, um ancião disse: “Esse menino não morreu, ele é um guerreiro que vai entrar na Terra Indígena Marãiwatsédé na nossa frente” (MORAIS; MARTINS, 2014, p. 28).

Essa situação foi relatada no Laudo Antropológico realizado pela perita do juiz que julgava o processo em 2006, pois o caso das mortes das crianças xavante foi noticiado e chamou a atenção de militantes e organismos internacionais pró-indígena, conforme Rosa Bueno (2006, p. 97).

Morreram algumas crianças xavantes de pneumonia, devido à poeira da estrada, e em protesto os Xavante bloquearam a estrada. Após estes fatos, foi liberada essa estreita faixa para que entrassem e também veio uma comissão da ONU que elaborou relatório sobre a situação dos Xavante, da Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente, do Projeto Relatores Nacionais em DhESC (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais), com apoio do Programa de Voluntários das Nações Unidas, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e da Fundação Ford. O relator responsável foi Jean-Pierre Leroy e o relatório foi publicado em fevereiro de 2005.

A partir desses acontecimentos, os Xavante resolveram avançar para as terras de Marãiwatsédé e sair do acampamento, enfrentando o bloqueio que havia sido mantido por posseiros desde a sua chegada. Segundo Damião Paridzané,

Nós entramos sem pensar nas conseqüências. Como bravos guerreiros, sem medo de morrer. Apreendemos as armas deles de manhã cedo, enquanto eles estavam dormindo. Então, eles saíram correndo e nós entramos na área. Botamos fogo no capim para que

eles fossem embora (Relato oral de Damião Paridzané no documentário Vale dos Esquecidos, 2010).

Num registro fotográfico da época é possível identificar o cacique Damião Paridzané com outros xavante em cima de um caminhão, sendo levados para Marãiwatsédé após conseguirem enganar os vigias dos posseiros. Em seguida, os Xavante ocuparam a fazenda Karu, que era uma pequena área dentro de Marãiwatsédé onde se instalaram numa situação precária por se tratar de uma área intensamente desmatada. Ali permaneceram em meio às ações voltadas para o retorno definitivo e legal a Marãiwatsédé.

Vinte anos após a ECO-92 foi realizada outra Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que ficou conhecida como Rio+20. Na oportunidade, os Xavante e seus aliados estiveram presentes e exigiram a desintração dos não índios de Marãiwatsédé que lá permaneciam desde 1992, ano da devolução do que restara de seus territórios. Suas manifestações foram registradas e difundidas, tendo uma repercussão que ganhou notoriedade e reportagens em sites e jornais, como o texto de 17 de agosto de 2012 na Carta Maior,⁹ o texto de 21 de junho do mesmo ano intitulado “Uma nova promessa na Rio+20”, publicado na página da Opan.¹⁰ Em 27 de junho de 2012, o Greenpeace trouxe a reportagem intitulada “Após Rio+20, fazendeiros ameaçam Xavante”.¹¹ Estes e outros textos jornalísticos foram divulgados e impulsionaram a divulgação das manifestações que resultaram ainda na publicação da “Carta da comunidade Xavante para o Povo Brasileiro”, com o seguinte *slogan*: “Não podemos esperar mais 20 anos”. Esta carta foi entregue durante a Rio+20 ao secretário de Articulação Social da Presidência da República da época, Paulo Maltos. O registro fotográfico permite visualizar a ação do cacique Damião Paridzané, que atuou diretamente na sua execução.

⁹ Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/A-diaspora-Xavante-da-Eco-92-a-Rio-20/2/25497>. Acesso em 01/02/2013.

¹⁰ Disponível em: <http://amazonianativa.org.br/Noticias/Uma-nova-promessa-na-Rio-20,2,125.html>. Acesso em 01/02/2015.

¹¹ Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Blog/rio-20-termina-e-fazendeiros-ameam-xavante/blog/41163/>. Acesso em 01/02/2013.

Figura 3. Fotografia de Damião Paridzané entregando a Carta (2012). Fonte: Fotografia Victor Massao

Diante dessas ações e da estratégia de ocupar os espaços e as oportunidades durante a Rio+20, alguns meios de comunicação de maior alcance, através de canais abertos, noticiaram a luta pela terra de Marãiwatsédé, apresentando inclusive trechos da fala de Damião Paridzané. Um exemplo foi a Rede Globo de televisão, que veiculou a reportagem “Índios Xavante cobram devolução de terra que foi prometida na Rio 92”,¹² de 16 de junho de 2012, em que parte de um relato de Damião Paridzané foi divulgado.

“Tiraram a gente da nossa terra. Depois prometeram durante a Rio 92 que iriam devolver, mas não fizeram isso. Não quero mais esperar outros 20 anos. Não vou desistir... já me ameaçaram de morte, nos deram comida e água envenenada, mas nós estamos aqui e queremos um novo compromisso, dessa vez de verdade”, disse o cacique (xavante fala, em seu idioma, sobre o caso no vídeo ao lado) (G1, 16/06/2012).

Apesar de a reportagem não identificar o cacique Damião Paridzané, a veiculação de sua versão da história foi um elemento significativo, pois os meios de comunicação mais tradicionais passaram a competir com outros espaços de divulgação, como o You Tube, com o título “Versão dos Índios de Marãiwatsédé sobre o conflito entre Xavante e produtores”,¹³ que foi usado pelos Xavante para divulgar a sua história a partir da narrativa de Damião Paridzané. Nesse material é possível identificar o protagonismo indígena, e é fundamental ressaltar que os créditos do vídeo são de Elídio, Humberto e Lázaro, todos xavante.

Esse material audiovisual se refere a uma das respostas dadas por Damião Paridzané a versões de outros xavante de que seu povo nunca morou em Marãiwatsédé. No seu discurso, o cacique reforça a sua legitimidade enquanto narrador por ser testemunha da história de seu povo e de Marãiwatsédé.

¹² Disponível em: <http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/indios-xavantes-cobram-devolucao-de-terra-que-foi-prometida-na-rio-92/>. Acesso em 16/02/2013.

¹³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aH-UZhynKHg>. Acesso em 15/08/2013.

Mas a minha história prevalece na minha pessoa. Estou guardando desde que eu era pequeno, eu acompanhava tudo: massacre; maltratação, homicídio, tudo isso eu vejo nos meus olhos. Eu cresci, e sempre venho acompanhando essa... provocações dos não índios que faziam dos nossos ancestrais (Damião Paridzané¹⁴).

Damião Paridzané ainda desqualifica alguns de seus adversários, como o advogado Luiz Alfredo e o político de São Félix do Araguaia, Filemon Gomes Costa Limoeiro, partindo do princípio de que eles não eram de Marãiwatsédé e, portanto, não conheciam o território e não o mereciam.

Eu vou começar minha fala com Luiz Alfredo. Eu quero fazer uma prova concreta: Luiz Alfredo nasceu aonde? Quero essa garantia, prova pra ele mostrar pra mim. Do jeito que ele está falando, é uma conversa infantil que ele está fazendo. Que não sabe de nada, não sabe da história. [...]

Por isso, é a mesma coisa, Filemon Gomes Costa Limoeiro, prefeito de São Félix: quero que ele mostre e prova pra mim onde que ele nasceu; mesma coisa, ele nasceu no hospital. Não nasceu no meio da mata e por isso não tem autonomia de falar. Não adianta chamar nome de xavante de outras regiões, isso não vai provar nada (Damião Paridzané¹⁵).

A argumentação utilizada por Damião Paridzané o coloca em oposição ao *outro* que é o de fora de Marãiwatsédé. Ele percebe que precisa narrar e discursar para que sua versão da história não caia no esquecimento diante do poder da escrita dos não índios. Ele questiona:

Por que eles acham que podem julgar tudo? Só porque têm o poder da escrita? Então me contem como é o passado desse território. Nós é que sabemos essa história. Eu sou a continuação dele, é o meu passado. O passado dos meus ancestrais. Por isso é legítimo estarmos aqui. Aqui estão enterrados meus antepassados. Foi aqui que eu nasci. Esse é o meu lugar. O resto é tudo mentira. A história do branco é muito bem contada,

¹⁴ Relato oral. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=aH-UZhynKHg>. Acesso em 24/12/2013.

¹⁵ Relato oral. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=aH-UZhynKHg>. Acesso em 24/12/2013.

mas a verdade é que a justiça não chega aqui. Essa história é de malandragem, de gente corrupta (Relato oral de Damião Paridzané no documentário Vale dos Esquecidos, 2010).

Logo Damião Paridzané assume o papel de porta-voz da história de seu povo e de Marãiwatsédé por ter nascido ali, diferentemente de posseiros como Filemon Gomes Costa Limoeiro, que era descendente dos *outros* que vieram de fora.

Então é a mesma coisa, antigamente, antes de 1500, do descobrimento do Brasil, dividiu... dividiu oceano. Os brancos viviam do outro lado e os índios do Brasil viviam no Brasil, ocupavam todo o litoral brasileiro. Mas o avô, ancestrais do Filemon Limoeiro, veio de Portugal, veio do exterior. O pai dele nasceu aqui e ele nasceu aqui também, mas não é aqui na região.

Então em 1900 não tinha branco aqui. Somos guardião da mata, perambulávamos em toda a região aqui. E não tinha branco! E caçávamos, extraíamos alimentos. Então, usufruímos tudo o que a natureza oferece pra nós. Então isso é uma prova que estou guardando na minha pessoa.

Eu realizei história, debate, acompanhamento do massacre dos meus irmãos que faleceram aqui. Então, eu tenho prova. Mas eles, quero que eles comprovem uma coisa, como eu tenho na minha pessoa.

Então eu quero isso: 1900 não tinha branco aqui. Só em 1935 vieram dois padres aqui pra fazer contato com a nossa nação Xavante de Marãiwatsédé. Mas os índios receberam de outra forma: assassinaram os dois padres; e daí, esse é o começo do contato, o começo da aproximação dos não índios aqui na nossa região. Por isso, desde antigamente, ninguém conhece a nossa história porque não vê a realidade, não vê a cultura que a gente pratica, não vê a área sagrada, que isso se refere ao cemitério nosso (Relato oral de Damião Paridzané no documentário Vale dos Esquecidos, 2010).

Segundo Rosa (2015), o discurso do cacique Damião Paridzané é claro: o pertencimento de seu povo ao lugar de suas terras desde tempos ancestrais é que garante o direito de serem os portadores da história. Sua memória é capaz de trazer a “verdade” em contraposição aos de “fora” do território, que não dispunham do conhecimento dos acontecimentos que fizeram a “história verdadeira”.

Damião Paridzané narrou e divulgou a sua *versão da história* que legitimaria o seu retorno a Marãiwatsédé e essa estratégia foi utilizada pelo seu povo, como no caso da manifestação de crianças xavante que seguravam faixas onde estavam desenhados os deslocamentos, as remoções e os retornos que seu povo havia feito desde a década de 1960.

Essas e outras ações e estratégias do cacique Damião Paridzané e de seu povo auxiliaram na conquista judicial definitiva que resultou na desintrusão dos não índios de Marãiwatsédé em 2012 e no retorno dos Xavante às suas terras.

considerações finais

O retorno não permitiu, entretanto, que Damião Paridzané parasse suas ações de luta, pois a área foi considerada a terra indígena mais desmatada do país após vinte anos de ocupação por posseiros e grileiros. E o cacique continua se posicionando em relação ao problema, afirmando que

O Branco é o que mais desmata aqui. Todos os anos pedimos para ele parar com a destruição, mas ele diz que a mata é dele e vai derrubar. Em 2009, nossos guerreiros foram na área de soja e tomaram dois tratores do Branco, que estão conosco até hoje (Relato oral de Damião Paridzané na reportagem de Sakamoto, 2010, p. 11).¹⁶

Após a retomada em 2012, uma série de ações foi realizada para a recuperação ambiental de Marãiwatsédé, e novos desafios estão presentes no cotidiano das aldeias construídas a partir de então. Diante desses novos desafios, o cacique Damião Paridzané continua trilhando sua trajetória de vida imersa na luta pela terra de Marãiwatsédé, afinal, conforme ele sinaliza, sua vida somente tem sentido pelo pertencimento à sua terra.

¹⁶ Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/documentos/indigenas_soja_MT.pdf. Acesso em 02/04/2014.

fontes documentais

BORTOLETO MONTEIRO, L. [Artigo]. A problemática da Desintrusão dos não índios na Terra Indígena Marãiwatsédé. s/d.

Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=ff42bo3a06a1bed4>. Acesso em 14/05/2013.

FERRAZ, I. [Relatório]. Viagem à Suiá Missú, 1991.

Disponível em: <http://www.noticiasagricolas.com.br/dbarquivos/iara-ferraz-laudo-funai.pdf%CB%83>. Acesso em 06/04/2014.

FERRAZ, I.; MAMPIERI, M. [Artigo]. Suiá Missú: um mito refeito. In: Povos Indígenas no Brasil 1991/95, ISA Instituto Socioambiental, 1994.

Disponível em: <http://www.maraiwatsede.org.br/tags/documentos> Acesso em 20/05/2014.

MARTINS BATISTA, F. [Laudo]. Laudo de Vistoria e Avaliação de Benfeitorias. Brasília: Funai, Incra e Intermat, Portaria n.º.899/PRES, 1998.

MOREIRA LEÃO, J. [Laudo]. Laudo de Perícia Judicial da Reserva Indígena Marãiwatsédé, 2003.

RODRIGUES, P.M. [Laudo]. Relatório de identificação da área indígena “Marãiwatsédé”. Brasília: Funai, Portaria n.º 9 de 20/01/1992.

ROSA BUENO, I. [Laudo]. Laudo Antropológico Terra Indígena Marãiwatsédé. Ação Civil Pública n.º 950000679-MPF, 2006.

fontes audiovisuais

VALE DOS ESQUECIDOS. Documentário, longame-tragem. Direção: Maria Raduan. Fotografia: Sylvestre Campe, color (72 min.), Tucura Filmes, Brasil, 2010.

Disponível em: <http://valedosesquecidos.com.br/#ficha-tecnica/maria-raduan> Acesso em 25/04/2012.

referências bibliográficas

DELUCI, L.A.S.; PORTELA, C.A. *Marãiwatsédé: Memória de Luta, Resistência e Conquista*. In: XXVII Simpósio Nacional de História. ANPUH, 2013.

DELUCI, L.A.S. *Tĩaropsimaniõ: os A 'uwe Marãiwatsédé tecem saberes para a construção de uma proposta curricular intercultural*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – UnB, Brasília, 2013.

MAYBURY-LEWIS, D. *A Sociedade Xavante*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1984.

MORAIS, D.P. de; MARTINS, S.A. *Marãiwatsédé: A trajetória Xavante na Luta pela Terra*. In: *A Saga Xavante e os Descaminhos da Reportagem: Simbolismos Culturais na Luta pela Terra Indígena Marãiwatsédé*. Barra do Garças:UFMT, 2014. p. 190.

POLLAK, M. *Memória, esquecimento, silêncio*. Revista Estudos Históricos, Brasil, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2007. p. 423-459.

ROSA, J.C. *A luta pela terra Marãiwatsédé: Povo Xavante, Agropecuária Suiá Missú, Posseiros e Grileiros do Posto da Mata em disputa (1960-2015)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, 2015.